



Ata da 22ª (vigésima segunda) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 23 (vinte e três) de Junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 18 (dezoito) horas do dia 23 (vinte e três) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura das Atas anteriores, estas sendo referentes a 20ª (vigésima) e a 21ª (vigésima primeira) Sessões Ordinárias, que foram previamente distribuídas às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Ofício, do DETRAN, em resposta ao Ofício nº 087/2025/GB; Item 2: Ofício nº 5655/2025, do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, referente ao Processo nº 03483/2023-8 – Prestação de Contas de Governo – finalizada a leitura desse item, o Presidente realizou a leitura do Despacho referente ao Processo de Prestação de Contas do Governo Municipal de Altaneira alusivo ao Exercício Financeiro de 2022 (dois mil e vinte e dois), de responsabilidade do Prefeito Francisco Dariomar Rodrigues Soares, encaminhando, após, à Comissão Permanente para análise e emissão do parecer sobre as contas de gestão. Prosseguindo: Item 3: Projeto de Lei nº 018/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, que reconhece os(as) Portadores(as) de Fibromialgia como pessoas com deficiência no âmbito do Município de Altaneira-CE e dá outras providências. Relator sorteado: Vereador Professor Nonato. O parlamentar não aceitou a relatoria, então, conforme a Resolução nº 002/2025, a matéria foi encaminhada à Comissão Permanente. Seguindo para os registros da Presidência, o Presidente Professor Deza Soares registrou sua ausência na sessão extraordinária e na ordinária anteriores, justificando que esteve em Fortaleza participando da 13ª (décima terceira) Edição do Seminário de Gestores Públicos, acompanhado dos vereadores Valmir Brasil, Paulo Robson e Zé de Zuza. Destacou a importância das palestras ministradas no referido evento, com destaque para a participação do Governador Elmano de Freitas e do Ministro Camilo Santana, que anunciaram ações dos Governos Estadual e Federal. Agradeceu, após, à vereadora Professora Ana Maria por presidir as sessões durante sua ausência, parabenizando a mesma pela condução dos trabalhos. Registrou também o aniversário do vereador Zé de Zuza, celebrado no último dia 17 (dezesete), e a homenagem prestada pela Câmara ao Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca, celebrado também no último dia 17 (dezesete) e ao Dia do Orgulho Autista celebrado no último dia 18 (dezoito), reafirmando o compromisso com o meio ambiente e com a inclusão. **TEMA LIVRE:** A vereadora Professora Ana Maria, inicialmente, expressou solidariedade às famílias altaneirenses enlutadas pela perda recente de entes queridos. Na sequência, relatou sua participação, juntamente com o vereador Professor Nonato e representantes do PDT local, em encontro com o deputado federal André Figueiredo, realizado em Potengi. Na ocasião, foi anunciada a liberação de mais de R\$ 290.000 (duzentos e noventa mil reais) para investimentos na saúde de Altaneira. A parlamentar sugeriu que parte dos recursos seja destinada à aquisição de uma van para transporte de crianças atípicas e para melhorias na sala de raio-X do hospital municipal, reforçando a importância da boa aplicação desses recursos por parte da gestão municipal. A vereadora também agradeceu publicamente ao deputado André Figueiredo por este e outros apoios anteriores, como a destinação de 20 (vinte) kits sanitários a famílias em situação de vulnerabilidade. Destacou, ainda, que, mesmo sendo oposição, os vereadores têm buscado alternativas e recursos em prol da população de



Altaneira, apesar de relatar dificuldades enfrentadas pelo grupo opositor em obter apoio político e institucional. Em outro momento, fez um apelo em defesa de uma servidora municipal aprovada em concurso público, a qual foi exonerada após seis meses de exercício sob alegação de não possuir a licenciatura exigida para o cargo. A parlamentar questionou por que a situação não foi identificada durante as etapas do concurso, visto que a candidata participou de todas as fases, foi empossada, lecionou e teve até aulas ampliadas recentemente. Sugeriu que a gestão poderia ter buscado alternativas legais para manter a servidora no cargo, considerando que ela já está concluindo a formação exigida, e questionou se haveria tratamento diferente caso a servidora fosse aliada política da atual prefeita. Por fim, a vereadora criticou a paralisação da obra da creche municipal, atribuída à ausência de licença ambiental, o que resultou na demissão de aproximadamente 40 (quarenta) trabalhadores. Lamentou a situação e cobrou mais responsabilidade da gestão municipal atual, reforçando que é dever da administração vigente resolver os entraves administrativos para que promessas e obras possam ser executadas sem prejudicar pais e mães de família. Na sequência, o vereador Zé de Zuza comentou a fala da vereadora Professora Ana Maria sobre a exoneração de uma servidora aprovada em concurso público. Destacou que, caso a servidora realmente não possua a formação exigida, a administração não pode mantê-la no cargo, sob risco de responsabilidade futura. No entanto, apoiou o direito da servidora de buscar meios legais para reverter a situação, ressaltando que todos os servidores devem estar atentos à legalidade de sua documentação. Sobre a paralisação da obra da creche, o vereador afirmou que a responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente à gestão atual, já que a interrupção se deu por ausência de licença ambiental e denúncia externa. Reforçou que o município tem buscado executar obras e gerar empregos, e que é necessário avaliar os fatos com cautela antes de fazer acusações. Relatou também sua participação no Seminário de Gestores do Estado do Ceará, juntamente com a Prefeita Ana Késia e outros representantes do município. Destacou as falas do Governador Elmano e do Ministro Camilo Santana, além das contribuições para a gestão municipal que, segundo ele, trará bons frutos para Altaneira. Ainda em viagem à capital, participou de reunião com a Cagece, tratando do abastecimento de água para a comunidade do Sítio Taboquinha. Foi informado que as tubulações devem ser entregues entre o final de julho e agosto, permitindo que o sistema seja ativado ainda antes de setembro. Registrou ainda reunião com o Gerente Geral do Detran, onde alinhou reivindicações de sinalização e redutores de velocidade para Altaneira. O vereador aproveitou para divulgar o convite à Quadrilha da Associação Asprotata do Sítio Taboquinha, que será realizada no dia 5 (cinco) de julho, com programação cultural e comidas típicas. Ademais, compartilhou nota da Associação Beneficente de Altaneira (ABA), destacando a realização da primeira assembleia desde 2021 (dois mil e vinte e um), com a presença de mais de 130 (cento e trinta) sócios. Informou que a assembleia tratou da reestruturação da entidade e da Rádio Comunitária Altaneira FM, com discussões sobre regularização de documentos, revisão do estatuto, e convocação de nova assembleia para eleição da diretoria, conforme determina o estatuto da associação. Depois, o Presidente realizou a leitura dos convites para o “Arraiá da Bitu”, que acontecerá na próxima quarta-feira, dia 25 (vinte e cinco), às 15 (quinze) horas e 30 (trinta) minutos, na Escola Francenilda Bitu dos Santos, e para o “Arraiá do CRAS”, que acontecerá a partir das 17 (dezessete) horas, no CRAS Sede, também no dia 25 (vinte e cinco) de junho. Continuando, a Vereadora Tia Janne iniciou sua fala expressando sentimentos de pesar às famílias enlutadas da comunidade altaneirense e parabenizando os aniversariantes do dia, com destaque ao vereador Zé de Zuza e reforçando as felicitações ao Diretor Geral Marcelo Soares. Registrou a importância da celebração de Corpus Christi, ressaltando seu significado para os cristãos e elogiando a organização da missa e da procissão conduzida pelo pároco local. A vereadora também comentou a reativação da Rádio Comunitária Altaneira FM, destacando que todo o processo foi conduzido conforme os trâmites legais. Agradeceu a presença de antigos membros da direção da rádio, como Lucena e João, bem como a participação da comunidade. Lembrou com carinho das músicas sertanejas de Chico



Bagaceiro, homenageando-o pela contribuição cultural. Reconheceu ainda o empenho da subprocuradora Rafaela Gonçalves, da secretária Alana Maria e de todos os que se mobilizaram para participar da assembleia geral da Associação Beneficente de Altaneira (ABA), realizada após audiência pública em 6 (seis) de junho. Segundo a vereadora, houve ampla participação e apoio à revitalização da rádio como equipamento de comunicação social de grande importância para o município. Relatou que, durante a assembleia, foi registrada apenas uma objeção quanto à legalidade da eleição, mas prevaleceu a decisão soberana da maioria presente. Informou também que a única chapa inscrita foi aprovada e que foram homenageados como presidentes de honra os senhores João Ivan Alcântara e Raimundo Nogueira Soares. Por fim, externou convite a todos para o Festival de Quadrilhas, que ocorrerá nos dias 27 (vinte e sete), 28 (vinte e oito) e 29 de junho (vinte e nove) de junho, ressaltando o resgate da cultura local, destacando que a gestão municipal tem promovido uma verdadeira transformação cultural no município. A posteriori, o Vereador Paulo Robson também justificou sua ausência nas últimas sessões extraordinária e ordinária, informando que, nas ocasiões, estava participando da 13ª (décima terceira) edição do Seminário de Gestores Públicos em Fortaleza, onde assistiu a palestras importantes, com destaque para o tema da transparência e cidadania e o fortalecimento da gestão pública, apresentada por Chagas Vieira, secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado. Também destacou a palestra de Fernanda Pacobahyba, presidente do FNDE, sobre a gestão de recursos da educação. Afirmou que o evento proporcionou dois dias intensos de aprendizado e informação. O vereador também se solidarizou com as famílias enlutadas do município, em especial as de Aurélio, Chico Rufino e Dona Toza, deixando suas condolências. Em seguida, parabenizou a equipe de futebol da comunidade de Maniçoba, campeã da Copa Santo Antônio da Serra do Valério, estendendo os cumprimentos às demais equipes, com destaque para a equipe Vila Rica. Relatou com entusiasmo a participação de atletas altaneirenses no Flash Ride MTB, realizado no município de Iguatu, destacando o professor Adeilton, campeão em sua categoria, e Elis Piu, vice-campeão. Reiterou o convite à população para prestigiar o tradicional MTB de Altaneira, que neste ano terá o formato "Desafio Terras Altas", com provas nos dias 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) de junho, incluindo contrarrelógio e circuito XCO na trilha do Sítio Poças. Também registrou a participação de atletas altaneirenses na corrida junina da Clínica Arlete Oliveira, no município de Assaré, com destaque para Alexandre Timóteo, filho do saudoso Aurélio, que participou do evento apenas um dia após do falecimento de seu pai, e Antônio Pereira, ambos no pódio da prova de 10 (dez) km. O vereador exaltou ainda o desempenho da seleção de futebol de Altaneira no Copão São Pedro, com vitória e classificação para as fases eliminatórias. Destacou o apoio da gestão municipal, em nome da Prefeita Ana Kézia, do Secretário de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude, Clécio, e do subsecretário Sérgio Morato. Reconheceu o trabalho da nova diretoria da Associação Beneficente de Altaneira (ABA), cuja eleição foi fruto da audiência pública realizada anteriormente. Destacou o empenho da Secretária de Comunicação Social, Alana, e da subprocuradora do município, Dra. Rafaela, ex-vereadora da casa, na reativação da Rádio Altaneira FM, com previsão de retomada das transmissões, inclusive das sessões legislativas. Para mais, informou que se reuniu com membros da Guarda Civil Municipal, ouviu suas demandas e já as encaminhou à Prefeita e ao Secretário de Governo. Finalizou destacando o pagamento de parte dos precatórios do magistério, mesmo que em valor simbólico, reconhecendo o cumprimento de um compromisso assumido com os professores. Sequentemente, o Vereador Paulo Geaneo também solidarizou-se com as famílias enlutadas do município, em especial com as famílias do senhor Aurélio, pai do atleta Ravi; do senhor Francisco Rufino; e da senhora Dona Toza. Na sequência, voltou a reivindicar providências quanto à árvore localizada nas dependências do Colégio Santa Tereza, já citada em sessões anteriores. Reforçou que a árvore representa risco iminente de queda sobre residências próximas, podendo causar prejuízos materiais e riscos à vida, e criticou a falta de ação por parte da gestão municipal até o momento. O parlamentar também trouxe à pauta uma Lei Municipal, de autoria do ex-vereador Ariovaldo Soares, que proíbe a utilização de fogos de artifício



com estampido ou estouro em Altaneira. A lei, sancionada em 22 (vinte e dois) de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), já ultrapassou o prazo de um ano previsto para sua entrada em vigor, e, segundo o vereador, ainda não está sendo devidamente fiscalizada ou cumprida. Leu os principais artigos da lei, que proíbem a queima de artefatos pirotécnicos sonoros, com exceção dos de efeitos visuais ou de baixo ruído, informando que a norma também prevê campanhas de conscientização e atuação dos órgãos de fiscalização. Nessa linha, cobrou da gestão municipal a aplicação efetiva da lei, destacando os impactos negativos dos fogos com estampido para crianças com autismo, idosos e animais. Em aparte, o vereador Zé de Zuza também apresentou condolências às famílias altaneirenses que enfrentam o luto nesse momento. Em seu tempo regimental, o vereador Professor Nonato também manifestou condolências às famílias enlutadas no município de Altaneira, com destaque para a família do senhor Aurélio Timóteo, pai do jovem Ravi e do Caio, e à família da senhora Dona Toza, por meio de seus filhos e demais parentes, entre eles a Professora Risolene, Cícera, Caíque, Itinho, Papá, Auricélia e Silvânia. Pediu a Deus que conforte o coração de todos neste momento de perda. Em seguida, referiu-se à fala da vereadora Professora Ana Maria e afirmou que a servidora mencionada na fala da colega não possui habilitação ou licença para atuar nas escolas do município porque, em tese, assim como ele, que continua “sendo perseguido pelo processo administrativo”, tendo sido obrigado a tirar uma licença, ela também não possui a licença porque não votou na atual Prefeita. O vereador também fez duras críticas à atual gestão em relação à paralisação de obras que, segundo ele, foram deixadas em andamento pela administração anterior. Citou como exemplos: a orla da Lagoa Santa Tereza, o posto de saúde da Taboquinha, a arena esportiva, o parque de vaquejada e a quadra da Escola Joaquim Soares. Ele lamentou o fato de, passados quase sete meses de governo, nenhuma dessas obras ter sido concluída, e afirmou que, até o momento, a principal ação visível da atual gestão tem sido a construção e pintura de lombadas. O vereador questionou, ainda, a justificativa dada pela administração para a paralisação da construção da escola, alegando pendências com o IPHAN. Destacou que, segundo informações obtidas, a última movimentação referente ao processo junto ao órgão ocorreu ainda em novembro do ano anterior, antes da nova gestão assumir, e que, desde então, não houve progresso nem respostas por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Por fim, insinuou que a motivação para a interrupção da obra pode ter sido política, sugerindo que o fato de alguns dos trabalhadores da empresa responsável pela construção não terem votado na prefeita atual teria influenciado na paralisação, questionando a incoerência em se permitir a contratação de pessoas de outros municípios e negar oportunidade a cidadãos altaneirenses por divergência política. Em aparte, o vereador Júnior do Povo lembrou que esta Casa presenciou, na Tribuna, declarações do Secretário de Governo afirmando que haviam sido encontrados restos de ossos no local da obra que está paralisada, e chegou a acusar de má-fé a servidora da Secretaria de Meio Ambiente responsável pela fiscalização. O parlamentar rebateu, dizendo que agora será possível esclarecer a verdade dos fatos, pois representantes do IPHAN estarão no município no dia 26 (vinte e seis) de junho para realizar uma vistoria, afirmando que estando todos convidados para acompanhar a visita técnica. Segundo o vereador, a gestão municipal não divulgou oficialmente essa vistoria, mas ele mesmo se comprometeu a repassar as informações no grupo dos vereadores. Ele também enfatizou que a responsabilidade pela paralisação da obra não recai sobre a gestão passada, uma vez que já havia sido alertado anteriormente o risco de interferência do IPHAN, e que agora será possível comprovar se há ou não impedimento legal para continuidade. Por fim, questionou os critérios da atual administração sobre desapropriações realizadas na área da Lagoa Santa Tereza, especialmente em relação ao uso de recursos públicos e eventuais acordos judiciais. Disse que pretende levar o assunto ao Judiciário para verificar como os acordos estão sendo conduzidos e se houve realmente indenização aos desapropriados, uma vez que alguns afirmam já terem sido ressarcidos. Voltando à sua fala, o vereador Professor Nonato criticou a gestão municipal por não reconhecer nem cumprir compromissos com os servidores públicos. Lembrou que, anteriormente, o ex-vereador e atual secretário de Governo, chegou a celebrar com



bolo o “aniversário” da aprovação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) dos servidores. No entanto, ainda de acordo com o parlamentar, mesmo após aprovação e sanção da lei, a atual administração não concede os direitos previstos, nem gratificações simples, cujo custo total, segundo ele, não chegaria a R\$ 3.000 (três mil reais) ou R\$ 4.000 (quatro mil reais) mensais para todos os servidores. O parlamentar também fez críticas à falta de iluminação pública nas ruas da cidade. Retomando o assunto das obras paradas, criticou a postura da gestão nas redes sociais, que, em sua visão, prioriza a aparência ao invés de mostrar obras concretas. Disse que até o momento nenhuma obra nova foi entregue em 2025 (dois mil e vinte e cinco), enquanto outras iniciadas pela gestão anterior continuam paralisadas. De forma comparativa, mencionou que municípios vizinhos como Assaré e Potengi estão construindo prédios, ruas e melhorias tangíveis, enquanto Altaneira segue estagnada. Finalizando, relatou que esteve em Potengi, junto à vereadora Professora Ana Maria, e que, graças a essa articulação, o deputado federal André Figueiredo destinou uma emenda de R\$ 290.000 (duzentos e noventa mil reais) para a saúde de Altaneira, reforçando que, embora a emenda tenha sido enviada em nome dos dois vereadores de oposição, será gerida pela atual Prefeita. Em seguida, o vereador Valmir Brasil comentou sua participação na assembleia da Associação Beneficente de Altaneira (ABA), destacando a importância da reativação da Rádio Altaneira FM. Agradeceu, em nome da secretária Alana, da subprocuradora Rafaela e de outros envolvidos, o empenho para que a rádio volte a funcionar com estabilidade, após enfrentar dificuldades financeiras no passado. Reafirmou confiança na nova diretoria e no trabalho que será desenvolvido e reconheceu também o esforço dos que já passaram pela direção da rádio. Relatou também a reunião, ao lado do vereador Zé de Zuza, com o diretor-geral da CAGECE, em Fortaleza, sobre demandas da comunidade da Taboquinha. Parabenizou o colega e a comunidade pelos avanços e pelo encaminhamento imediato do caso ao diretor regional. Discordou das críticas do vereador Professor Nonato à atual gestão, afirmando que é impossível fazer em seis meses o que não foi feito em oito anos. Disse acreditar no compromisso e na coragem da Prefeita em buscar melhorias para Altaneira. Sobre a emenda do deputado André Figueiredo, no valor de R\$ 290.000 (duzentos mil reais) para a saúde, ressaltou a importância da contribuição e elogiou o gesto dos vereadores Professora Ana Maria e Professor Nonato por priorizarem o bem do povo, independentemente de questões partidárias. O vereador também mencionou a escola Joaquim de Moraes como uma das “únicas coisas que viu ser feita na gestão passada”, embora, segundo ele, financiada com recursos do Fundeb, ou seja, dinheiro dos próprios professores. Afirmou que a Prefeita atual tem compromisso com os servidores e que, mesmo o pagamento dos precatórios sendo considerado insuficiente por alguns, ela cumpriu com o que foi prometido em campanha. Por fim, o nobre voltou a criticar o que chamou de “desastre” herdado da gestão anterior, citando como exemplo o Parque de Vaquejada, que, segundo ele, passou por várias reformas em oito anos e ainda assim não foi concluído. Reforçou que é fácil criticar uma administração no início do mandato, mas que, em um ano e meio ou dois, espera ver se os mesmos críticos terão a humildade de reconhecer os avanços e parabenizar a atual gestão pelas realizações. Em aparte, o vereador Zé de Zuza afirmou que o colega Valmir Brasil já havia respondido à pergunta que ele mesmo faria, que também se dirigia ao vereador Professor Nonato, sobre as críticas relacionadas à falta de construções nos primeiros seis meses da atual gestão. Destacou que, recentemente, viu a empresa retomando os serviços da piscina da Escola 18 de Dezembro, com o objetivo de recuperar a obra, e citou a reforma da Escola Joaquim de Moraes, na localidade da Vale do São Romão, como exemplo de continuidade dos trabalhos. Argumentou ainda que, apesar de algumas obras ainda estarem paradas, é indevida a cobrança por prédios finalizados em apenas seis meses de gestão. Relembrou que a administração anterior teve oito anos e desafiou os colegas a apontarem uma construção que tenha sido iniciada e concluída inteiramente nesse período. Segundo ele, não conhece nenhuma, e por isso se surpreenderia se fosse apresentado um exemplo concreto. Retomando a palavra, o vereador Valmir Brasil citou como exemplo uma simples passagem molhada, que inclusive será objeto de votação na ordem do dia, por meio de matéria de autoria do



Presidente da Casa, vereador Professor Deza Soares. Destacou que também já havia apresentado, ainda na gestão anterior, um requerimento solicitando a construção de uma passagem molhada no distrito de São Romão, mas que, segundo ele, "até hoje está do mesmo jeito". Ele afirmou que é fácil criticar, mas ressaltou que as críticas têm seu valor, pois, ao apontar o que não está sendo feito, o parlamentar não está apenas criticando a gestão, mas contribuindo com ela. Afirmou respeitar as colocações do vereador Nonato, mas discordou quando este cobra que a prefeita realize, em apenas seis meses, tudo aquilo que não foi feito em oito anos pela gestão anterior. Considerou essa expectativa como sendo, em suas palavras, "impossível". Finalizou esclarecendo que seu posicionamento não é pessoal, mas sim um contraponto necessário ao debate, e afirmou que está no parlamento não por ódio ou rivalidade, mas por amor ao município, e afirmando que acredita que a Prefeita tem vontade de trabalhar por Altaneira e que, quando houver condições financeiras compatíveis com esse desejo, os resultados virão. Pela ordem, o vereador Professor Nonato destacou que foi o primeiro vereador de oposição a parabenizar a prefeita pela conclusão do posto de saúde da Taboquinha, ressaltando que considera isso uma obrigação, não um ato de defesa da gestora. Afirmou que seu compromisso é com o povo de Altaneira e que sua função principal é fiscalizar e cobrar, como faziam ex-parlamentares da oposição. Reconheceu que nos últimos oito anos não houve obras novas concluídas, mas lembrou que a população era assistida, com transporte garantido e ações como a entrega de cestas básicas. Segundo ele, a atual gestão precisa não apenas construir prédios, mas principalmente cuidar das pessoas. Disse que não está cobrando grandes resultados em apenas seis meses, mas que esperava ao menos o início das obras anunciadas nas redes sociais, o que já geraria renda e movimentaria a economia local. Criticou a falta de execução das emendas parlamentares divulgadas pela prefeita e comparou com outras cidades, como Assaré, onde viu obras avançadas com emendas semelhantes. Ademais, afirmou que sua cobrança é legítima e necessária, para garantir equilíbrio na Câmara, já que não pode haver apenas vereadores defendendo a gestão enquanto a população precisa ser representada. Logo após, o vereador Júnior do Povo manifestou condolências às famílias enlutadas e parabenizou o vereador Zé de Zuza pelo aniversário, bem como o vereador Professor Nonato pela sua fala. Em seguida, destacou que, mais importante do que grandes obras, o maior feito da Prefeita Késia será cuidar do povo de Altaneira e que, se ela conseguir cumprir esse compromisso durante os quatro anos de mandato, já terá realizado a maior "obra" do município. Lamentou, no entanto, que algumas atitudes da gestão não estejam refletindo esse cuidado, como no caso das obras paradas e da assistência que precisa ser melhorada. Ressaltou que a Prefeita foi eleita para governar para todos, sem distinções políticas ou partidárias. Tratando sobre a aprovação do projeto de lei que dispunha sobre a criação de premiações para os eventos culturais, esportivos e turísticos do município, o vereador fez uma crítica ao decreto da Prefeita sobre a premiação no valor de R\$ 12.000 (doze mil reais) para o evento do ciclismo que ocorrerá no final de semana, destacando que a contratação foi feita com uma empresa de Juazeiro do Norte, e não com a Associação de Ciclistas de Altaneira — que, segundo apuração, está inapta no sistema da Receita Federal. Ele observou que a lei aprovada pela Câmara autorizava repasses para associações locais, o que, na visão dele, deveria ter sido priorizado. Reforçou que o erro foi coletivo, pois a Câmara aprovou o projeto enviado pela Prefeita, mas defendeu que se tenha mais atenção e apoio às entidades altaneirenses sem fins lucrativos. Segundo ele, ao contratar empresas de fora, os recursos acabam não beneficiando a economia local nem os atletas do município. Finalizou pedindo à gestão que observe, no momento dos repasses, se as entidades estão aptas e priorize aquelas que tenham vínculo direto com a comunidade, pois é preciso garantir que o recurso público realmente retorne para os cidadãos de Altaneira. Usando seu tempo de liderança, o vereador Paulo Robson comentou sobre o projeto de lei das premiações, esclarecendo que a Associação de Ciclistas de Altaneira, da qual é um dos fundadores e ainda faz parte, está atualmente inapta junto à Receita Federal e, por isso, não pode legalmente receber repasses do município. Ele defendeu que a associação precisa ser reorganizada após anos de abandono pela gestão anterior. Em relação às



críticas sobre o repasse para uma empresa de Juazeiro do Norte, o vereador explicou que a Lei nº 963/2025, aprovada pela própria Câmara, prevê no artigo 3º (terceiro) que, quando os recursos forem transferidos a empresas organizadoras, estas devem apresentar à Secretaria de Cultura e Turismo, em até cinco dias úteis após o pagamento, os comprovantes de repasse aos atletas, incluindo documentação e registro fotográfico da premiação. Ou seja, a empresa não tem lucro sobre o valor, funcionando apenas como intermediária. Sobre as obras, reforçou que é inviável exigir a conclusão de obras novas em apenas seis meses de gestão, especialmente considerando que a gestão anterior não concluiu nenhuma grande obra em anos. Discordou, inclusive, do vereador Valmir ao dizer que a obra da escola Joaquim de Moraes não foi nova, mas uma reconstrução. Ainda nessa pauta, abordou a paralisação da obra da creche, destacando que o terreno foi desapropriado pela gestão passada, a obra chegou a ser iniciada com a construção de um muro de arrimo e houve investimento de cerca de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais). No entanto, a construção foi suspensa por denúncia de que o local poderia ser um sítio arqueológico. Para ele, essa situação precisa ser bem explicada e os responsáveis devem ser identificados, seja da gestão atual ou anterior. Por fim, tratou da situação de uma servidora que fora exonerada do concurso, mencionada anteriormente, defendendo que todos os profissionais da educação básica precisam ter licenciatura, conforme determina o Conselho Nacional de Educação. Questionou se, no caso dessa servidora, o processo teria seguido normalmente caso ela fosse oposição ao gestor anterior, destacando que a legalidade deve prevalecer sobre interesses políticos, sem "jeitinhos" ou favorecimentos. Antes de fazer uso do seu tempo no tema livre, o Presidente Professor Deza Soares registrou a realização da 7ª Conferência Municipal das Cidades, que ocorrerá no dia 25 (vinte e cinco) de junho, às 9 (nove) horas, na sede do Poder Legislativo. Informou que as inscrições estão abertas e que o tema deste ano será "Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: Caminhos para Cidades Inclusivas, Democráticas, Sustentáveis e com Justiça Social", cujo objetivo é ouvir a população sobre as principais necessidades do município e coletar sugestões para o desenvolvimento de Altaneira, além de elaborar propostas que serão encaminhadas para as etapas estadual e nacional da conferência, previstas para outubro, em Brasília. Também anunciou que os principais eixos temáticos a serem trabalhados serão a urbanização da Lagoa, o encerramento do lixão e a apresentação do anteprojeto de lei de criação do Conselho da Cidade. Já no seu tempo regimental, o vereador Professor Deza Soares iniciou seu pronunciamento prestando solidariedade às famílias enlutadas. Em seguida, voltou a cobrar providências sobre a árvore na Escola Santa Tereza, alertando para os riscos às famílias da região e destacando que o Legislativo tem alertado e solicitado providências sobre o problema. Comentou também a situação da obra paralisada do Centro de Educação Infantil, observando que o local onde foi iniciada a construção não seria adequado. Segundo ele, embora a responsabilidade pela escolha do local recaia inicialmente sobre a gestão anterior, a atual gestão erra ao insistir na obra em local impróprio. Destacou que o IPHAN deverá realizar fiscalização no local e que é o corpo técnico ambiental quem deve orientar e determinar a continuidade ou não da construção. Sobre a urbanização da Lagoa Santa Tereza, reiterou que esse tema será tratado durante a 7ª Conferência Municipal das Cidades e que ele mesmo solicitou informações sobre o projeto de urbanização. Lamentou que, segundo o secretário municipal, o projeto elaborado na gestão anterior não foi encontrado no arquivo da Prefeitura, mas reforçou que ele deve ser disponibilizado e respeitado, salvo se modificações forem necessárias para beneficiar efetivamente o município. O vereador também se pronunciou sobre a recente eleição da nova diretoria da rádio comunitária Altaneira FM, lamentando a ausência de diversos parlamentares e membros da comunidade. Ressaltou sua longa história de apoio à rádio e reiterou sua defesa pelo funcionamento da emissora como instrumento democrático e de prestação de serviço à comunidade. No entanto, criticou fortemente o processo eleitoral da nova diretoria, afirmando que foi conduzido de maneira antidemocrática. Segundo ele, uma comissão eleitoral foi formada, mas em apenas 15 (quinze) minutos uma eleição foi realizada sem critérios previamente anunciados, o que considera



inaceitável. Deza afirmou que a comissão deveria ter definido regras, divulgado amplamente o processo e convocado nova eleição em outra data, garantindo a participação da comunidade. Ao final, expressou seu repúdio à forma como a eleição foi conduzida e alertou para que a rádio não se transforme em uma “Rádio Altaneira FM Gov”, ou seja, um instrumento exclusivo da administração municipal. Enfatizou que uma rádio comunitária deve ser a serviço do povo, com pluralidade e democracia. Em aparte, o vereador Júnior do Povo afirmou concordar com as críticas feitas pelo vereador Professor Deza Soares sobre o processo eleitoral da Rádio Comunitária Altaneira FM. Afirmou que, democraticamente, também achava que não haveria eleição naquele dia e destacou que, se existe um estatuto, ele deve ser seguido. Mencionou que na audiência pública, a professora que participou por videoconferência, deu uma verdadeira aula sobre o funcionamento ideal de uma rádio comunitária. Reforçou que a rádio não pode se tornar um instrumento governamental, como alertado pelo vereador Deza, e lamentou a forma como a eleição foi conduzida, com apenas uma chapa apresentada entre mais de 130 (cento e trinta) associados. Registrou não ter nada contra o presidente eleito, mas criticou a falta de participação e transparência. Destacou ainda que a rádio deve servir ao povo, levando informação sem politicagem, e elogiou a coragem do vereador Professor Deza Soares em se posicionar, afirmando que, até então, só havia ouvido elogios à eleição, sem um questionamento firme como o feito pelo parlamentar. De volta com a palavra, o vereador Professor Deza Soares concluiu reafirmando seu posicionamento, dizendo que esteve presencialmente na eleição da Rádio Comunitária Altaneira FM e que hoje está apenas relatando e reiterando seu repúdio ao que considerou um ato antidemocrático. Destacou que seu posicionamento independe de gestão ou tempo, pois já fez questionamentos firmes a diretorias anteriores e continuará questionando sempre que necessário. Reforçou que não aceita a ausência de democracia nem atitudes que se assemelhem à ditadura, pois esse não é o funcionamento adequado de uma instituição comunitária. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Parecer nº 036/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 024/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares. Após a leitura do Parecer favorável pela admissibilidade, o Relator Júnior do Povo afirmou que a matéria trata de um tema muito relevante, inclusive, já tendo sido muito debatido na Casa. Afirmou que o assunto ainda deverá ser objeto de novas discussões, mencionando a situação do município, embora tenha optado por não se aprofundar na questão no momento. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Robson, autor do projeto de indicação que deu origem ao projeto de lei em questão, agradeceu ao vereador Júnior do Povo que, mesmo já tendo anunciando que sairia da relatoria da Comissão Permanente, produziu seu parecer pela admissibilidade. Também agradeceu a gestão por atender integralmente à sua indicação. Após, registrou que a votação da matéria é histórica no município e tratou sobre a importância do projeto para as famílias de crianças com TEA, pois, além de aprovar uma lei que institui uma política pública, há um dispositivo dentro dela para custear despesas relacionadas ao tema, afirmou. Relatou que, em uma breve pesquisa na legislação de alguns municípios do Estado, não encontrou nenhuma lei que previsse valor financeiro de financiamento, como é o caso, principalmente através dos repasses do IPTU. O vereador Professor Nonato parabenizou o Relator Júnior do Povo pelo parecer, afirmando que esse é o motivo pelo qual os vereadores do PT são gratos pelo trabalho do mesmo na Comissão, antecipando que o pedido do colega não será acatado por ele, pois, “não vê ainda outra pessoa para o cargo, pelo menos nesse momento de transição aqui na Casa”. Registrou voto favorável ao projeto afirmando que “política pública se faz com o povo”. Parabenizou a Prefeitura pela propositura, reiterando que externa felicitações “quando as coisas estão certas”. Concordo com a afirmativa do vereador Paulo Robson em relação a votação nesse momento ser histórica, uma vez que, segundo ele, os vereadores irão oportunizar e garantir, porque quem vota e garante são os vereadores, enquanto o Executivo “apenas executa o que essa Casa decide”. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação,



tendo sido aprovada por unanimidade. Item 2: Parecer nº 037/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 023/2025, de autoria do Poder Executivo, que estabelece jornada especial de trabalho a servidores da administração pública municipal com cônjuge, filhos e/ou dependentes com deficiência. Após a leitura do Parecer favorável pela admissibilidade com emendas, o Relator novamente parabenizou o vereador Paulo Robson pela indicação que deu origem ao projeto de lei. Esclareceu que apresentou emenda ao projeto por entender que se faz necessário assegurar que a gestão suprirá a ausência do servidor para que a população não fique em nenhum momento desassistida, nos casos especificados na propositura, citando, como exemplo, o funcionamento na área da saúde. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Robson registrou satisfação em a ordem do dia da sessão conter várias matérias dedicadas a essa temática, antecipando voto favorável ao requerimento de autoria do vereador Professor Nonato, que logo mais seria votado. Reforçou que a sessão seria histórica para as famílias atípicas, pois, na ocasião, os parlamentares estariam fornecendo mecanismos para que a gestão trate ainda melhor esse público. Relembrou que a matéria em discussão também se originou de um projeto de indicação de sua autoria e, como citado pelo vereador Júnior do Povo, também relembrou que já há no município servidores que gozam do direito de redução de jornada. Informou que, no seu próprio caso, sendo professor – hoje em dia licenciado do município por conta da legislatura – do município, tem redução de jornada desde o ano passado, porém, com base em lei federal, uma vez que não há, até o momento, na legislação municipal, algo que assegure esse direito. Agradeceu a manifestação do Relator, externando que a única discordância que houve foi quanto a emenda apresentada no que diz respeito a ter que inserir na lei a obrigatoriedade, pois, de acordo com ele, isso já seria inerente, já que, havendo redução de jornada de um servidor, a gestão automaticamente providenciara outro servidor para suprir a falta. O vereador Professor Nonato novamente parabenizou o vereador Paulo Robson pela iniciativa, afirmando que ações como essa fazem parte do papel do vereador. Afirmou ainda que sabe que, com projetos dessa natureza, quem for contemplado, “irá agradecer pelo resto da vida”. O Presidente Professor Deza Soares também felicitou o vereador Paulo Robson pela propositura que deu origem a matéria em questão, afirmando que o governo tomou uma decisão assertiva em acatá-la. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 3: Projeto de Indicação nº 011/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, que autoriza o Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal a conceder 01 (um) dia de folga aos servidores públicos do Município de Altaneira-CE na data de seus respectivos aniversários, e dá outras providências. Pedido de vista feito pelo Vereador Paulo Robson e aprovado pelo Plenário. Anunciada a matéria, o Presidente esclareceu que a mesma tinha um pedido de vista da vereadora Tia Janne, assim, concedeu a palavra a parlamentar que, por sua vez, registrou não ter nada a acrescentar. Na sequência, o vereador Paulo Robson também fez um pedido de vista, arguindo que a semana foi atribulada e que gostaria de ter um pouco mais de tempo pra estudar a matéria. Sendo o segundo pedido de vista, o mesmo foi posto em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Item 4: Parecer 001/2025, de autoria do Vereador Zé de Zuza, referente ao Projeto de Lei nº 016/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, que dispõe sobre a proibição do fornecimento, comercialização e da circulação de bebidas em recipientes de vidro nos espaços e eventos públicos do Município de Altaneira-CE e dá outras providências. Pedido de vista feito pelo Vereador Paulo Robson sob alegativa de que o referido projeto demanda uma melhor análise, lembrando que hoje fazem 8 (oito) dias que o vereador Zé de Zuza foi sorteado para a relatoria e que não teve tempo hábil de estudar a matéria. Pedido regimentalmente concedido pela Mesa Diretora. Item 5: Requerimento nº 078/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando a aquisição de abafadores de ruído — tipo protetor auricular — para as crianças atípicas atendidas nas escolas do Município de Altaneira-CE. Após a leitura da matéria, o autor da propositura esclareceu que a ideia surgiu a partir de uma conversa com seu amigo, o vereador



Anízio, do município de Assaré. Destacou a relevância da proposta, considerando seu potencial benefício às crianças do município de Altaneira. Reiterou que o objetivo principal é possibilitar que a gestão municipal possa adquirir abafadores de som para os alunos ou crianças atípicas, uma vez que, em determinados momentos, é necessário o uso desses equipamentos para atenuar ruídos e sons que os incomodam. Finalizou registrando que a iniciativa visa contribuir para que essas crianças se sintam mais tranquilas e, conseqüentemente, mais aptas a acompanhar seu processo de desenvolvimento e suas atividades diárias. Na sequência, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 6: Requerimento nº 079/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando, no prazo legal, informações detalhadas relativo ao Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 005/SME/2025, referente ao Programa Bolsa Tutoria/Monitoria da Secretaria Municipal de Educação. Após a leitura, o autor da matéria explicou que a proposição teve origem em denúncias feitas por candidatos aprovados no último processo seletivo interno realizado pela Secretaria de Educação. Segundo ele, há indícios de irregularidades, como candidatos selecionados para determinada função sendo convocados para exercer outra, o que caracterizaria uma burla ao processo. Acusou ainda a gestão de perseguição política a candidatos que teriam apoiado a ex-candidata Silvânia Andrade e afirmou possuir provas das alegações. Mencionou casos de pessoas que já estão em atividade sem que suas convocações tenham sido oficialmente publicadas. Defendeu maior transparência por parte da administração municipal e cobrou da Prefeita uma postura mais firme diante da situação. Relatou também que um familiar do secretário de educação teve sua carga horária ampliada, mas não está atuando em sala de aula, o que o motivou a buscar esclarecimentos. Ressaltou, no entanto, que tenta há dias agendar uma audiência com o secretário, sem sucesso até o momento, devido aos horários de ambos não coincidirem. Por fim, mencionou que a iniciativa da matéria também foi influenciada por uma fala do vereador Professor Nonato, que levantou a hipótese de manipulação no processo seletivo para monitores – hipótese essa com a qual o autor concordou, afirmando que isso está realmente acontecendo. Na sequência, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 7: Requerimento nº 080/2025, de autoria do Vereador Professor Deza Soares, solicitando a recuperação e roço das estradas, inclusive, a recuperação das passagens molhadas, que ligam a Sede ao Distrito São Romão, até as imediações do Contínuo. Após a leitura da matéria, o autor da proposição justificou sua iniciativa informando que, na semana anterior, esteve na estrada mencionada e constatou a necessidade urgente de recuperação do trecho, incluindo o roço da vegetação e a restauração das passagens molhadas. Ressaltou que a via é amplamente utilizada e encontra-se em condições precárias, necessitando de melhorias. Acrescentou ainda que a solicitação reforça requerimentos anteriormente apresentados por outros parlamentares, como o vereador Valmir Brasil e a ex-vereadora Rafaela Gonçalves. Na discussão da matéria, o vereador Valmir Brasil reiterou que já apresentou requerimentos semelhantes, assim como a ex-vereadora Rafaela, demonstrando confiança de que a solicitação agora será atendida. O vereador Paulo Geaneu manifestou apoio à matéria e se somou às falas dos vereadores Professor Deza Soares e Valmir Brasil, declarando seu voto favorável. O vereador Zé de Zuza destacou a importância da manutenção das estradas vicinais do município, e solicitou que o serviço de roço seja estendido às comunidades de Tabuleiro, Córrego, Taboquinha e Taboca. O vereador Professor Nonato parabenizou o autor da proposição e afirmou seu compromisso em acompanhar a matéria, destacando que sua aprovação contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Vale do São Romão. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Encerrada a ordem do dia, o Presidente registrou convite do senhor Geraldo Ananias Pinheiro para o lançamento do livro "O Amor que Transcende a Vida", dia 25 (vinte e cinco) de junho, na Câmara, às 11 (onze) horas. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares, agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes



e assessoria interna, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 23 de junho de 2025.

Paulo Roberto Brito de Oliveira

Valete *Franca*

Assessor

SA

Luís

Paulina

[Signature]

[Signature]